



FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Cleide Lavoratti (Coordenadora da Ação de Extensão)

Lislei Terezinha Preuss¹
Bruna Maria Avelino de Lara²
Geisi Francielle de Jesus Santos
Izabelle Antunes

Palavras-Chave: rede de proteção, direitos humanos, crianças e adolescentes, vulnerabilidades sociais.

Resumo: Neste artigo busca-se socializar as atividades realizadas junto ao projeto de extensão Fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes na região dos Campos Gerais/PR³, bem como a metodologia de intervenção e os resultados obtidos até o momento. Para implementação do referido projeto, foi elaborado um formulário a fim de avaliar a realidade da construção e da articulação da rede de proteção e a situação de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes nos Municípios de abrangência do projeto. Posteriormente a partir da avaliação dos resultados foram realizadas capacitações aos profissionais que compõem o Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes para atuarem de forma qualificada na Rede de Proteção.

¹ Doutorado em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Universidade Estadual de Ponta Grossa, email: lispreuss@terra.com.br

² Acadêmicas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Serviço Social.

³ Os Municípios dos Campos Gerais são: Arapoti, Carambeí, Castro, Ivaí, Ipiranga, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Abstract: This article seeks to socialize the activities performed by the extension project Strengthening the System of Warranties Human Rights of Children and Adolescents in the Campos Gerais region / PR, as well as the intervention methodology and the results obtained so far. For implementation of this project, we designed a form to evaluate the reality of construction and joint protection network and the situation of combating violence against children and adolescents in the municipalities covered by the project. Later from the evaluation of the results was performed training to the professionals that make up the System of Warranties Human Rights of children and adolescents in order to act on qualified Protection Network.

Keys words: Protection Network, Human Rights, Children, Social Vulnerabilities.

Introdução

Em 2012 o curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa iniciou o projeto de extensão Fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes na região dos Campos Gerais, o referido Projeto tem por objetivo contribuir para o fortalecimento deste Sistema e assessorar a implantação e/ou o fortalecimento de redes municipais de proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais, através do desenvolvimento de atividades que qualifiquem o atendimento a este segmento. Realizado pelas instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direito (SGD). Tal sistema é desenvolvido a partir da Doutrina Jurídica da Proteção Integral contida no Estatuto da Criança e do Adolescente que enfatiza a necessidade de articulação das políticas públicas e dos diferentes órgãos de atendimento à população infanto-juvenil.

O SGD esta estruturado em três eixos de intervenção: Promoção dos direitos humanos, Defesa dos direitos humanos e Controle da efetivação dos direitos humanos, os quais articulam organicamente instituições que possuem atribuições específicas na garantia dos direitos à população infanto-juvenil, mas que são interdependentes, para proporcionar a Proteção Integral às crianças e adolescentes.

Este projeto de extensão contempla o eixo da Promoção através das seguintes políticas públicas: as de caráter estrutural que são destinadas ao universo total da população infanto-juvenil, tendo por objetivos atender os seus direitos fundamentais por meio das políticas sociais básicas (saúde, educação, etc.) e as políticas de assistência social destinadas à população em situação de vulnerabilidades sociais.

Destacam-se neste eixo do SGD duas instituições: o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente que é um órgão deliberativo e formulador das políticas básicas e o Conselho Tutelar que atua quando há violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Para atuar frente as situações de vulnerabilidades a que estão expostas crianças e adolescentes é necessário o fortalecimento, a articulação e o reordenamento institucional dos órgãos de atendimento nos municípios, bem como a capacitação permanente dos atores do Sistema de Garantias de Direitos.

Neste sentido, para implementação do referido projeto, no primeiro momento foi elaborado um formulário a fim de avaliar a realidade da construção e da articulação da rede de proteção dentro dos municípios de abrangência do projeto e a situação de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes nos

Municípios de sua jurisdição, bem como o encaminhamento dado aos casos por eles conhecidos. Posteriormente a partir da avaliação dos resultados foram realizadas capacitações aos profissionais do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de crianças e a adolescentes para atuarem de forma qualificada na Rede de Proteção.

Neste artigo busca-se socializar as atividades realizadas junto ao projeto de extensão bem como a metodologia de intervenção e os resultados obtidos até o momento.

Metodologia e Ações Desenvolvidas pelo Projeto de Extensão

Buscando conhecer a realidade dos municípios da região dos Campos Gerais do período de novembro de 2012 a Março de 2013, foi encaminhado um formulário através da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS)⁴ aos Conselhos Tutelares e Conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de construir um Diagnóstico e Análise da Situação da Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidades Sociais nos 18 (dezoito) Municípios da Região dos Campos Gerais. Salienta-se que responderam ao formulário todos os Conselhos Tutelares da região e 13 (treze) Conselhos municipais.

Através do formulário buscou-se identificar: de onde vêm geralmente as denúncias dos casos de violência contra crianças e adolescentes; a existência ou não de um sistema de registro de notificações recebidas; os programas, serviços e entidades do município que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência; se o município possui comissão ou comitê de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; se tem plano municipal de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; recursos destinados a implantação do plano; se há articulação entre os serviços de proteção; equipe multidisciplinar para avaliar os casos; como é feito o acompanhamento destes; existência de capacitação para o trabalho de enfrentamento à violência e com o agressor.

A aplicação dos formulários nestes dois órgãos visou ainda compreender de que forma estava estruturada a política de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes (Comissão, Planos, fluxos) e como se davam os encaminhamentos e atendimento às vítimas de violência.

Através do Diagnóstico pode-se constatar a disparidade nas respostas dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes, a falta de comunicação entre estes órgãos. Também foi possível observar o desconhecimento ou ausência dos Planos municipais que devem articular as ações de enfrentamento à violência no município. Verificou-se ainda uma fragilização dos serviços de proteção à criança e adolescente vítimas de violência, pois na maioria das vezes as crianças continuam sendo afastadas da família e da comunidade como medida de “proteção”, sendo encaminhadas para o acolhimento institucional, gerando um processo de revitimização da população infanto-juvenil.

A construção do Diagnóstico possibilitou a realização de um Curso de Formação para a Criação e Fortalecimento das Redes Municipais de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes.

⁴ Secretaria da Família e Desenvolvimento Social-Escritório Regional de Ponta Grossa.

Curso de Formação para a Criação e Fortalecimento das Redes Municipais de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes.

O curso de capacitação aconteceu em duas etapas: A primeira ocorreu dia vinte e cinco de abril de 2013 (dois mil e treze) no período das 8:00h às 17:30h, pela manhã foram ministradas as seguintes palestras: *“A construção da Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para a Violência: a experiência de Curitiba.”* e *“A experiência de construção de Rede do município de Irati”*, que compartilharam as dificuldades, desafios e resultados positivos obtidos através do trabalho em rede em seus municípios. No período vespertino foi desenvolvida uma Oficina de capacitação para a constituição de Comissões e Planos Municipais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, onde foram apresentados os resultados do Diagnóstico e montado um comitê para que cada município construísse um Plano Municipal de enfrentamento à violência, o qual deveria ser apresentado na segunda etapa da capacitação.

A segunda etapa do Curso de Formação deu-se no dia 20(vinte) de maio de 2013 (dois mil e treze) das 8:00h às 17:30h, seguindo a mesma metodologia da primeira etapa. Pela manhã aconteceram as palestras *“Quebrando o silêncio: os sistemas de notificação obrigatória de violências contra a população infanto-juvenil”* e *“Fluxos de atendimento às Vítimas de Violência no Estado do Paraná”* e a tarde a Oficina de capacitação para discussão da implantação de sistemas de notificação, fluxos de atendimento e responsabilidades das instituições da Rede de Proteção, onde os municípios trouxeram e apresentaram os planos municipais de enfrentamento a violência e realizaram uma dinâmica em que os representantes dos municípios a partir de um caso no qual a criança e/ou adolescente tinha seus direitos violados, dado pelos ministrantes das oficinas, deveriam apresentar um fluxo de atendimento a partir da realidade do seu município.

O objetivo do Curso de Capacitação, assim como o diagnóstico, foi de tomar conhecimento de como está estabelecida a Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes e se existe articulação da mesma, para que o Projeto de Extensão a partir desses resultados, desenvolva uma assessoria aos municípios cadastrados, para que os mesmos, consigam trabalhar em conjunto para um melhor atendimento a população infanto-juvenil.

Considerações Finais

Das atividades realizadas até o momento pelo Projeto de Extensão *Fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos municípios da região dos Campos Gerais/PR*, pode-se observar que ainda há uma dificuldade da articulação da rede de proteção e uma falta de comunicação entre os órgãos responsáveis pelas notificações dos casos de violência contra a população infanto-juvenil. Também foi afirmado que em 45% dos municípios não há qualquer forma de capacitação para os profissionais que atuam com situações de violência contra a população infanto-juvenil e isso acaba dificultando um atendimento qualificado. Dessa forma, o reordenamento jurídico proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente através do Sistema de Garantias de Direitos que enfatiza a importância da articulação e do trabalho em rede, demanda também um reordenamento na cultura organizacional dos órgãos que atuam na área da infância e da juventude e a criação de instâncias (ex: Varas

Judiciais e Delegacias Especializadas) e instrumentos específicos para planejar, monitorar e avaliar o atendimento às crianças e adolescentes, especialmente as que se encontram em situações de vulnerabilidade social advindo da violência intra e extrafamiliar, da dependência química, abandono, dentre outras. A partir do segundo semestre de 2013 (dois mil e treze) realizar-se-á assessoria aos 18 (dezoito) municípios para que os mesmos coloquem em prática os planos apresentados nos Cursos de Capacitações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**, Brasília, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Brasília, 1990.

GARCIA, M. B. Um sistema de garantia de direitos: fundamentação. In: **Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral**. Recife: Cendhec, 1999. Disponível em <http://violacao.org/_upimgs/arquivos/arq4d109a90b5b43.pdf>. Acesso em: 28 de Maio de 2013.